



Bruxelas, 23 de janeiro de 2018
(OR. en)

5545/18

ECOFIN 50
UEM 17
SOC 29
EMPL 20
COMPET 36
ENV 42
EDUC 18
RECH 28
ENER 24
JAI 41

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
n.º doc. ant.:	5156/18
Assunto:	Semestre Europeu de 2018 – Análise Anual do Crescimento: Orientações macroeconómicas e orçamentais para os Estados-Membros – Conclusões do Conselho ECOFIN

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento para 2018, adotadas pelo Conselho na sua 3592.^a reunião, realizada em 23 de janeiro de 2018.

SEMESTRE EUROPEU DE 2018:
ORIENTAÇÕES MACROECONÓMICAS E ORÇAMENTAIS PARA OS
ESTADOS-MEMBROS

– Conclusões do Conselho (ECOFIN) –

O Conselho (ECOFIN):

I. SEMESTRE EUROPEU DE 2018

1. CONGRATULA-SE com a Análise Anual do Crescimento para 2018 apresentada pela Comissão, que estabelece as prioridades estratégicas gerais para o emprego e o crescimento na UE e nos seus Estados-Membros e constitui o ponto de partida do Semestre Europeu de 2018. SUBLINHA a importância de uma análise atempada e proveitosa deste pacote. PARTILHA AMPLAMENTE da análise da Comissão relativa às prioridades sobre as quais se devem continuar a concentrar os esforços nacionais e a nível da UE em 2018: fomento do investimento e prossecução das reformas estruturais e de políticas orçamentais responsáveis.
2. CONCORDA com a avaliação da Comissão segundo a qual a economia da Europa é cada vez mais impulsionada pela procura interna e se generalizou em todos os Estados-Membros. O desemprego está a diminuir e as finanças públicas estão a melhorar. Tanto a economia da UE como a economia da área do euro têm vindo a crescer progressivamente durante os últimos dezoito trimestres. A retoma é, no entanto, caracterizada por uma inflação subjacente tímida e um crescimento moderado dos salários, apesar das melhorias no mercado de trabalho. Contudo, a elevada taxa de desemprego, a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho, o fraco investimento, o crescimento moderado dos salários e os elevados níveis de dívida constituem um travão ao crescimento.

3. CONGRATULA-SE com a estabilidade ao longo do tempo nos domínios de ação prioritários da Análise Anual de Crescimento, mas SALIENTA que a aplicação das reformas continua a ser desigual em toda a UE e que as prioridades económicas e sociais prementes exigem progressos decisivos na aplicação das reformas para dar resposta aos desafios estruturais da UE. INSTA os Estados-Membros a tirarem partido da conjuntura económica relativamente favorável para fazer avançar as reformas estruturais a fim de consolidar a retoma, combater os desequilíbrios macroeconómicos e relançar uma convergência económica e social sustentável, observando que os factos indicam que o impacto das reformas é mais positivo quando estas são adotadas em períodos favoráveis. Ao mesmo tempo, a melhoria das condições económicas faz recordar a necessidade de reconstituir as almofadas orçamentais, em especial nos países com uma dívida mais elevada, a fim de ajudar as nossas economias a serem mais resilientes aos choques e de criar margem de manobra para o aumento do investimento público, se for caso disso.
4. CONGRATULA-SE com os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamados pelo Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão na Cimeira Social do Gotemburgo, e SALIENTA a necessidade de dar resposta aos desafios económicos da UE.
5. SUBLINHA a importância da monitorização do desempenho e da execução das políticas, incluindo a aplicação das recomendações específicas por país, ao longo do ano. AGUARDA COM EXPECTATIVA a realização, em março de 2018, de um debate aprofundado no Conselho sobre a execução das recomendações específicas por país, com destaque para o aumento da produtividade, com o contributo da Comissão. INCENTIVA a prossecução de um diálogo eficiente e aberto nas capitais entre os Estados-Membros e a Comissão, e um envolvimento contínuo das partes interessadas a nível nacional.

II. ORIENTAÇÕES PARA AS POLÍTICAS ORÇAMENTAIS E MACROECONÓMICAS

FOMENTAR O INVESTIMENTO PARA APOIAR A RETOMA ECONÓMICA E AUMENTAR O CRESCIMENTO A LONGO PRAZO

6. CONGRATULA-SE com a retoma do investimento, mas RECONHECE que são necessárias medidas adicionais para fazer crescer a futura produção económica, aumentar a produtividade, assegurar a convergência e contribuir para um reequilíbrio. As reformas deverão ter como objetivo melhorar o ambiente empresarial, fortalecer a administração pública e torná-la mais eficiente, combater a rigidez dos mercados de produtos e de trabalho e assegurar a eficiência dos quadros de insolvência que permitam a reestruturação. Simplificar o sistema fiscal, tornando-o mais propício ao investimento e tomando medidas contra o planeamento fiscal agressivo, em consonância com as boas práticas acordadas a nível mundial, facilitará a competição, preservará a coesão social e reduzirá as desigualdades.
7. RECONHECE que o nível de crédito malparado está a diminuir, mas permanece elevado nalguns Estados-Membros e continua a representar um obstáculo para a rentabilidade dos bancos, limitando o financiamento da economia real. O plano de ação sobre o crédito malparado, aprovado em julho de 2017, deverá ser aplicado de forma diligente. RECORDA que é necessário progredir no sentido da conclusão da União Bancária, em consonância com o roteiro do Conselho de junho de 2016.
8. RECORDA que um maior desenvolvimento e uma maior integração dos mercados de capitais poderão desbloquear o investimento para as empresas e os projetos de infraestruturas, atrair o investimento estrangeiro a longo prazo e contribuir para o crescimento e a criação de emprego. Para o efeito, SALIENTA que a criação de uma verdadeira União dos Mercados de Capitais representa um potencial significativo para melhorar o acesso a fontes de financiamento alternativas e eventualmente mais baratas.
9. SALIENTA a importância do investimento em educação e formação de alta qualidade, do desenvolvimento de competências digitais, e de serviços economicamente comportáveis, acessíveis e de qualidade para impulsionar a produtividade e o emprego graças a uma maior eficiência na utilização dos recursos e à diminuição dos custos dos fatores de produção, e para assegurar a igualdade de oportunidades, reduzindo simultaneamente os custos e os impactos externos. Deve também ser dada prioridade ao investimento para reforçar a sustentabilidade ambiental.

Prosseguir as reformas estruturais para modernizar as nossas economias

10. CONCORDA com a análise da Comissão de que são essenciais mais reformas estruturais para que a economia possa fazer face aos choques e para melhorar a resiliência económica. A crise económica revelou vulnerabilidades e estruturas económicas que não permitiram uma boa absorção dos choques nem a reafetação eficiente dos recursos.
11. SALIENTA a importância de uma sequenciação e agrupamento adequados das reformas estruturais para reduzir os eventuais custos a curto prazo e maximizar os benefícios a longo prazo, e que as reformas estruturais deverão também ter em conta os efeitos distributivos sobre os diferentes grupos sociais e regiões. A eficácia global das reformas do mercado de trabalho e do mercado de produtos tende a ser maior se fizerem parte de um pacote bem concebido e abrangente. Deverá ser dada prioridade às reformas da administração pública e ao ambiente empresarial devido ao estímulo mais direto que dão à produtividade e à produção, independentemente das condições económicas.
12. REAFIRMA que o mercado único europeu de bens e serviços continua a ser o mais poderoso motor de crescimento e de emprego, e que deverá ser dada prioridade à continuação dos trabalhos sobre o Mercado Único Digital, a União dos Mercados de Capitais e a União da Energia. Subsistem obstáculos regulamentares e administrativos, em especial no setor dos serviços. A abertura dos serviços, tais como os serviços às empresas, os serviços de distribuição e os serviços retalhistas, a um maior nível de concorrência seria benéfica para a economia da UE, melhorando a produtividade e a competitividade e conduzindo, em última análise, à criação de emprego. RECONHECE que a globalização e o progresso tecnológico estão a criar novas oportunidades para aumentar a produtividade, fomentar o empreendedorismo, criar emprego e melhorar o nível de vida, mas estão também a transformar um número cada vez maior de setores económicos e o próprio mercado de trabalho. Neste contexto, REALÇA a necessidade de adotar medidas estratégicas para apoiar a requalificação e a melhoria de competências, bem como políticas ativas do mercado de trabalho eficazes. Mercados de trabalho dinâmicos e flexíveis são importantes para a criação de emprego de qualidade e para o apoio às transições no mercado de trabalho.

13. SALIENTA que as reformas do mercado de produtos que aumentam a concorrência e as reformas que melhoram o ambiente empresarial e a qualidade das instituições são essenciais para promover a resiliência económica.
14. CONCORDA AMPLAMENTE que há margem para apoiar a procura de mão de obra aliviando a carga fiscal que incide sobre o trabalho, em especial para os grupos que se encontram à margem do mercado de trabalho. Além disso, o crescimento dos salários reais, em consonância com o crescimento de produtividade, e a conceção adequada dos regimes fiscais e da segurança social pode reduzir as desigualdades e garantir níveis de vida mais elevados. Uma evolução salarial dinâmica, quando traduzida numa procura interna mais forte, apoiaria a expansão económica atual e facilitaria o reequilíbrio.
15. SUBLINHA que os Estados-Membros deverão assegurar a sustentabilidade e a adequação dos seus regimes de pensões e, neste contexto, AGUARDA COM EXPECTATIVA a publicação do Relatório sobre o Envelhecimento Demográfico de 2018. A maior parte dos Estados-Membros reformou os seus regimes de pensões, mas são necessários esforços adicionais. As reformas dos sistemas de saúde e de cuidados de longa duração devem prosseguir a fim de melhorar a relação custo-eficácia, assegurar a sua sustentabilidade orçamental e garantir um acesso economicamente comportável a serviços de qualidade.

Políticas orçamentais responsáveis

16. SAÚDA a melhoria das finanças públicas, embora reconheça que o ritmo lento de redução da dívida a partir de níveis elevados em alguns Estados-Membros continua a ser um motivo de preocupação. RECONHECE que as políticas orçamentais na conjuntura atual devem procurar encontrar o justo equilíbrio entre assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, em particular reduzindo os rácios da dívida no caso de serem elevados, e apoiar a economia. RECORDA que, para a área do euro, a existência de uma forte coordenação das políticas orçamentais nacionais, baseada em regras comuns, é essencial para se chegar a uma orientação orçamental global adequada e para o bom funcionamento da união monetária. CONCORDA que parece ser adequada uma orientação orçamental globalmente neutra para a área do euro no seu conjunto em 2018.

17. CONCORDA que a política orçamental tem de ser adaptada às circunstâncias específicas de cada país, tendo em conta a necessidade de estabilização e sustentabilidade no pleno respeito pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. CONCORDA com a Comissão quanto ao facto de a melhoria da situação económica exigir a redução da dívida pública e a reconstituição de almofadas orçamentais, em especial nos países altamente endividados, e de ao mesmo tempo continuar a reforçar o potencial de crescimento das nossas economias, nomeadamente mediante a definição de prioridades de investimento público. DESTACA que alguns Estados-Membros estão em risco de se desviarem significativamente em relação à trajetória de ajustamento rumo aos respetivos objetivos orçamentais de médio prazo e à necessidade de garantirem o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. RECONHECE que alguns Estados-Membros ultrapassaram os seus objetivos de médio prazo e poderão utilizar a sua situação orçamental favorável para reforçar ainda mais a procura interna e o crescimento potencial, consoante as circunstâncias específicas de cada país, sem deixar de respeitar o objetivo de médio prazo e os requisitos nacionais.
18. CONCORDA que melhorar a qualidade e a composição das finanças públicas continua a ser primordial. RECONHECE que as reformas na administração pública podem conduzir a importantes poupanças em termos de custos. CONCORDA que uma maior transparência e eficiência pode contribuir para restaurar a confiança do público nos sistemas fiscais e melhorar a cobrança dos impostos. DESTACA que as análises globais e periódicas da despesa podem ser determinantes para melhorar a qualidade e a composição da despesa pública.
-